

Procuradoria-Geral do Estado do Pará.
Processo Seletivo para Estágio 2020.

DIREITO

1. Dadas as seguintes afirmações:

I - Não existe hierarquia entre lei complementar e lei ordinária, mas sim campos de atuação diferentes.

II - A Procuradoria-Geral do Estado é o órgão de representação judicial do Estado do Pará, mas não lhe cabe a função de consultoria e nem de assessoramento jurídico.

III - O salário mínimo não pode ser utilizado como indexador econômico.

IV - Compete à Procuradoria-Geral do Estado preparar informações em mandado de segurança, bem como em outras ações constitucionais, mediante os subsídios fornecidos pelos órgãos e entidades interessados, quando a autoridade coatora for integrante da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional do Estado.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- (b) Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.
- (c) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- (d) Todas as alternativas estão corretas.

2. Sobre os Direitos Fundamentais, pode-se afirmar que:

- (a) Os Direitos Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 não são parâmetros de organização e limitação dos poderes constituídos.
- (b) Os Direitos Fundamentais são autolimitações aos poderes constituídos passíveis de serem alterados ou suprimidos à vontade dos mesmos.
- (c) Cabe ao Poder Legislativo a tarefa diária de defender os Direitos Fundamentais violados ou ameaçados de violência.
- (d) Os atos dos poderes constituídos devem conformidade aos Direitos Fundamentais e se expõem à invalidade se os desprezarem.

3. Sobre os Princípios da Administração Pública, são dadas as seguintes afirmações:

I- O Princípio da Legalidade preceitua que somente em virtude de lei podem-se exigir obrigações dos cidadãos.

II- O Princípio da Segurança Jurídica exige o respeito incondicional às regras previstas no edital de um concurso público.

III- O Princípio da Impessoalidade garante que a Administração Pública não faça diferenciações que não se justifiquem juridicamente.

IV- O Princípio da Publicidade está ligado ao direito de informação dos cidadãos e ao dever de transparência do Estado.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- (b) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- (c) Todas as alternativas estão corretas.
- (d) Nenhuma das alternativas está correta.

4. Sobre a competência da Procuradoria-Geral do Estado, pode-se afirmar que:

- (a) É responsável por patrocinar os interesses do Estado em juízo ou fora dele, na forma da Lei.
- (b) Não possui a competência de preparar as informações em Mandado de Segurança, quando a autoridade coatora for integrante da administração direta do Estado.

(c) Representa o Estado apenas em juízo.

(d) Ultrapassa suas atribuições caso se manifeste sobre projetos de leis, decretos e demais atos governamentais.

5. Assinale a alternativa correta a respeito do Agravo de Instrumento, conforme o CPC e o STJ:

(a) Todas as decisões interlocutórias proferidas na liquidação e no cumprimento de sentença, no processo executivo e na ação de inventário são recorríveis imediatamente por meio de agravo de instrumento.

(b) Cabe agravo de instrumento contra a decisão que indefere o pedido de exclusão de litisconsorte.

(c) O relator deve imediatamente julgar prejudicado o agravo de instrumento, no caso de falta da cópia de qualquer peça ou no caso de algum outro vício que comprometa a admissibilidade desse recurso.

(d) O rol do art. 1.015 do CPC, que prevê hipóteses de cabimento do recurso, é taxativo, não sendo admitida mitigação. Incabível, portanto, a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento de questão no recurso de apelação, já que não está inserida nas hipóteses desse dispositivo legal.

6. De acordo com as normas e princípios contidos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

(a) Depois da contestação, só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando relativas a direito ou a fatos supervenientes.

(b) A existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada, que leva à extinção do processo sem resolução do mérito, pode ser conhecida de ofício pelo juiz.

(c) A litispendência não é preliminar peremptória, ou seja, ainda que alegada pelo réu na contestação e confirmada pelo juízo, este poderá optar pelo prosseguimento do feito, por entender que o curso das duas ações será útil para o deslinde da questão discutida.

(d) Incumbe ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato e de direito constantes da petição inicial, em obediência ao ônus da impugnação especificada dos fatos, que só admite exceções à contestação oferecida pelo defensor público ou pelo curador especial.

7. Assinale a alternativa correta:

(a) sentença que extingue o processo, sem resolução do mérito, por falta de legitimidade ou de interesse processual, obsta a que a parte proponha de novo a ação.

(b) Resolve o mérito a sentença que reconhece a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.

(c) É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

(d) Admite-se que o juiz julgue antecipadamente o pedido, proferindo sentença de improcedência por insuficiência de provas.

8. Eurípedes, servidor público estadual estável no cargo de auxiliar administrativo, licenciado para tratar de assuntos de interesse particular, fora demitido de seu cargo, sob o argumento de abandono intencional de suas funções, por Decreto do Chefe do Executivo Estadual. Quanto ao caso hipotético, assinale a alternativa correta:

(a) a exoneração é ato discricionário e, por isso, é dispensável o processo administrativo;

(b) ainda que exonerado por Decreto, o servidor público deverá recorrer da decisão, porém, sem concessão de efeito suspensivo, visto que o ato administrativo é revestido de caráter de autoexecutoriedade;

- (c) O servidor demitido poderá buscar a tutela jurisdicional para obter sua reintegração, visto que, por ser servidor público estável, somente poderá ser desvinculado da administração após o devido processo legal, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório;
- (d) A administração pública somente poderá exonerar por abandono de cargo sem o devido processo legal servidores não estáveis.

9. Jurassilda teve seu carrinho de lanche destruído por uma viatura policial dirigida pelo policial Rurualdo, que, em alta velocidade, subiu a calçada atingindo o bem de sua propriedade. No momento, a vendedora tomou conhecimento que o policial já teria "largado serviço", e pegava carona para casa na viatura com outros dois colegas que estavam a serviço. Com respeito ao tema da responsabilidade civil do Estado, Jurassilda, sentindo-se prejudicada por ato de servidor da Administração Pública, para buscar o ressarcimento do dano sofrido, deverá:

- (a) ajuizar ação de indenização apenas contra o servidor público que lhe causou o indigitado dano, podendo este, se o entender cabível, denunciar a Fazenda Pública à lide, para fazer valer o seu direito de regresso.
- (b) efetuar pedido administrativo nesse sentido, junto ao Comando da Polícia Militar (órgão competente da Administração Pública), pois apenas com a peremptória negativa desta é que se verificará a existência do interesse de agir.
- (c) ajuizar ação de indenização apenas contra a Fazenda Pública, podendo esta, se o entender cabível, denunciar o servidor à lide, para fazer valer o seu direito de regresso.
- (d) ajuizar ação de indenização apenas contra o servidor que causou o dano, já que no caso hipotético o policial agiu fora de suas atribuições específicas e com extrema imprudência e imperícia.

10. Com relação à responsabilidade civil na atuação estatal, considere as seguintes afirmações:

- I- A absolvição do agente público causador de dano ao particular, na esfera penal, nem sempre impede sua responsabilização perante a Administração, em ação regressiva;
- II- Em ação de responsabilidade por dano causado a particular, o ente público réu pode buscar a responsabilização do agente público autor do dano, por meio de nomeação à autoria;
- III- A Administração Pública responderá pelo dano que seus agentes causarem a terceiros sempre, já que sua responsabilidade é objetiva, de acordo com o disposto no artigo 37, §6º da CF/88, não cabendo qualquer ressarcimento junto ao agente causador do dano;
- IV- o regime de responsabilidade objetiva da pessoa jurídica prestadora de serviços públicos pelos danos que causar em razão de sua atividade se aplica tanto em favor de usuários do serviço prestado quanto em favor de terceiros não usuários.

Está correto o que se afirma apenas em:

- (a) II e III.
- (b) I e IV.
- (c) III e IV.
- (d) I e III.

GABARITO:

1. B
2. D
3. C
4. A
5. A
6. B
7. C
8. C

9. C
10. B